

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017, acompanhado do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras. São Paulo, 23 de agosto de 2018.

A Diretoria
BALANÇOS PATRIMONIAIS
em 30 de junho de 2018 e 2017

				(Valores expressos em milhares de Reais)			
Ativo	Notas	2018	2017	Passivo	Notas	2018	2017
Circulante		103.262	104.011	Circulante		52.030	74.157
Disponibilidades	4	1.171	1.077	Depósitos	9	6.014	6.053
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	7.045	15.116	Depósitos a prazo		6.014	6.053
Aplicações em títulos e valores mobiliários	5	9.442	4.716	Recursos de aceites e emissão de títulos	9	39.803	62.680
Carteira própria		9.442	4.716	Recursos de aceites cambiais		39.803	62.680
Operações de crédito	6	77.259	72.975	Outras obrigações	10	6.213	5.424
Setor privado		88.652	82.915	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		128	123
(Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa)		(11.393)	(9.940)	Sociais e estatutárias		—	66
Outros créditos	7	5.906	4.884	Fiscais e previdenciárias		2.240	1.645
Outros valores e bens	8	2.439	5.243	Diversas		3.845	3.590
Bens não de uso próprio		1.457	983	Não Circulante		80.602	57.984
Despesas antecipadas		982	4.260	Exigível a longo prazo		9.976	7.752
Não Circulante		68.670	66.844	Depósitos	9	9.976	7.752
Realizável a longo prazo		67.256	65.765	Depósitos a prazo		9.976	7.752
Aplicações em títulos e valores mobiliários	5	—	2.594	Recursos de aceites e emissão de títulos	9	70.626	50.232
Carteira própria		—	2.594	Recursos de aceites cambiais		70.626	50.232
Operações de crédito	6	55.976	51.035	Patrimônio líquido	11	39.300	38.714
Setor privado		60.349	54.563	Capital		27.500	27.500
(Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa)		(4.373)	(3.528)	De domiciliados no país		27.500	27.500
Outros créditos	7	10.938	8.899	Reservas de lucros		11.800	9.042
Outros valores e bens	8	342	3.237	Lucros acumulados		—	2.172
Despesas antecipadas		342	3.237				
Permanente		1.414	1.079	Total do passivo e patrimônio líquido		171.932	170.855
Imobilizado de uso		496	464				
Outras imobilizações de uso		1.389	1.219				
(Depreciações acumuladas)		(893)	(755)				
Intangível		918	615				
Ativos intangíveis		1.384	922				
(Amortizações acumuladas Intangível)		(466)	(307)				
Total do ativo		171.932	170.855				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
para os semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

						(Valores expressos em milhares de Reais)					
		Capital social		Reserva de Lucros		Lucros acumulados		Total			
		Legal	Estatutárias	Legal	Estatutárias						
Saldos em 01 de janeiro de 2017		27.500	1.384	9.032	—	—	—	37.916	—	—	—
Lucro líquido do semestre		—	—	—	—	—	2.172	2.172	—	—	—
Destinações:											
Juros sobre o capital próprio		—	—	(1.374)	—	—	—	(1.374)	—	—	—
Saldos em 30 de junho de 2017		27.500	1.384	7.658	—	—	2.172	38.714	—	—	—
Saldos em 01 de janeiro de 2018		27.500	1.692	9.250	—	—	—	38.442	—	—	—
Lucro líquido do semestre		—	—	—	—	—	2.148	2.148	—	—	—
Destinações:											
Juros sobre o capital próprio		—	—	—	—	(1.290)	(1.290)	(1.290)	—	—	—
Reserva legal		—	108	—	—	(108)	—	—	—	—	—
Reserva especial de lucros		—	—	750	—	(750)	—	—	—	—	—
Saldos em 30 de junho de 2018		27.500	1.800	10.000	—	—	—	39.300	—	—	—

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
em 30 de junho de 2018 e 2017

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, ("Instituição" ou "Financeira"), tem como objeto a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às sociedades de crédito, financiamento e investimento, bem como a administração de carteira de valores mobiliários.

2. BASE PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras, que incluem as normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, normatizações do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e Banco Central do Brasil ("Bacen") e da Lei das Sociedades por Ações. Foram também adotados os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologados pelo CMN e pelo BACEN.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para créditos de liquidação duvidosa com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos, perdas por redução ao valor recuperável - impairment de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias: "Títulos disponíveis para venda" e "Títulos mantidos até o vencimento", ativos não financeiros e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações apresentadas em Real foram convertidas para o milhar, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, houve mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis a seguir.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Instituição em 23 de agosto de 2018.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOPTADAS

As principais práticas contábeis adotadas para contabilização das operações e elaboração das demonstrações financeiras são:

a) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, que são utilizados pela Financeira para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) Títulos e valores mobiliários

De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

i) Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do semestre;

ii) Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento. Os ganhos e perdas não realizados são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, sob o título de "ajuste de avaliação patrimonial";

iii) Títulos mantidos até o vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do semestre.

Com base nas determinações estabelecidas no parágrafo único do artigo 7º da Circular BACEN nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no Balanço Patrimonial, no Ativo Circulante, independentemente de suas datas de vencimento.

d) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando-se a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando também os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). Para as operações com prazo superior a 36 meses a Instituição utiliza a prerrogativa de contagem em dobro, prevista na Resolução nº 2.682/99, para determinação do nível de risco.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa faixa por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não figurando mais no balanço patrimonial.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada pela Administração como suficiente, atende aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil.

e) Cessões de crédito

As operações de cessão de crédito são registradas com base na Resolução CMN nº 3.533, de 31 de janeiro de 2008, determina que os ativos financeiros serão baixados se a compra ou a venda da carteira for com retenção ou sem retenção/transfêrencia substancial dos riscos e benefícios.

f) Outros valores e bens

Representados substancialmente por bens não de uso próprio recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda. São ajustados ao valor de mercado quando este for menor que o custo contabilizado, por meio de constituição de provisão para desvalorização.

g) Despesas antecipadas

A partir de 01 de janeiro de 2015, conforme circular 3.693/2013 do BACEN, as comissões pagas pela origem das operações de créditos, são reconhecidas ao resultado na fração de 1/3 e 2/3 em 2016, no ato do registro no ativo, e o saldo restante durante o tempo de duração dos contratos, limitado a 36 meses. Os valores registrados no ativo com base na faculdade prevista no §1º da circular serão amortizados, de forma linear, no prazo de até 36 meses, ou imediatamente, quando da liquidação ou da baixa da respectiva operação.

h) Imobilizado de uso

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, líquido das correspondentes depreciações acumuladas, as quais são calculadas pelo método linear de acordo com as seguintes taxas anuais, em função da vida útil econômica dos bens são as seguintes: móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano; equipamentos de informática e veículos - 20% ao ano.

i) Intangível

O saldo do intangível corresponde aos gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciários (softwares), e está demonstrado ao custo de aquisição, líquido da respectiva amortização acumulada, calculada pelo método linear à taxa anual de 20% ao ano, em função da vida útil econômica dos bens.

j) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment")

A revisão do valor contábil líquido dos ativos tem o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas, o valor contábil líquido excede o valor recuperável, deve ser constituída uma provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

k) Depósitos e recursos de aceites cambiais

As captações pré-fixadas estão atualizadas e demonstradas pelo valor principal, acrescido dos encargos decorridos até as datas dos balanços patrimoniais e as captações pós-fixadas, são atualizados "pro-rata" dia até as datas dos balanços.

l) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 120, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação tributária.

A contribuição social sobre o lucro apurada sobre o lucro ajustado na forma da legislação fiscal em vigor até 30 de agosto de 2015 foi calculada à alíquota de 15%. A medida provisória 675/15, convertida na lei nº 13.169, de 6 de outubro de 2015, alterou a alíquota da Contribuição Sobre o Lucro Líquido (CSLL) de 15% para 20%, no período compreendido entre 01 de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018 e os valores foram apurados em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1.591. A partir de 01 de janeiro de 2019, a alíquota aplicável volta a ser de 15%.

m) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 3.059 de 31 de dezembro de 2002, alterada pelas resoluções nº 3.355 de 31 de março de 2006 e nº 4.441 de 29 de outubro de 2015, do Conselho Monetário Nacional que determinam que a Instituição deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

- Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três semestres dos últimos cinco semestres sociais, incluindo o semestre em referência.
- Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro foram constituídos sobre diferenças temporárias relativas à provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, sendo os seus efeitos registrados na rubrica "Outros créditos - diversos" com reflexo no resultado do semestre. Os créditos de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro serão realizados à medida que as diferenças temporárias se tornarem dedutíveis.

n) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Os passivos contingentes e obrigações legais são avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09 e Carta Circular nº 3.429/10 do Banco Central do Brasil (BACEN).

A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como Remota, Possível ou Provável com base no julgamento dos advogados, internos ou externos, e da Administração, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica. Essa avaliação incorpora um alto grau de julgamento e subjetividade, e está sujeita às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros.

É entendido que as avaliações estão sujeitas às atualizações e/ou alterações.

• **Ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;

• **Passivos contingentes:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;

• **Obrigações legais:** são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

o) Outros ativos e passivos circulantes, realizáveis e exigíveis a longo prazo

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Instituição e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Instituição possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como realizáveis e exigíveis a longo prazo.

p) Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro-rata" dia e calculadas com base no método exponencial. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

q) Lucro por ação

É calculado com base na quantidade de ações em circulação do capital integralizado na data do balanço.

4. COMPOSIÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os componentes de caixa e equivalentes de caixa estão assim demonstrados:

			Semestres	
			2018	2017
No início do semestre			12.118	7.964
Disponibilidades			1.111	960
Aplicações em depósitos interfinanceiros (i)			11.007	7.004
No final do semestre			8.216	16.193
Disponibilidades			1.171	1.077
Aplicações em depósitos interfinanceiros (i)			7.045	15.116
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa			(3.902)	8.229

(i) Aplicações com prazos de vencimentos variáveis, remuneradas as taxas praticadas no mercado e são resgatáveis a qualquer momento, e utilizadas para gestão de caixa.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
para os semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ações)

				(Valores expressos em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ações)				
		Notas	2018	2017				
Receitas da intermediação financeira			28.587	27.374				
Operações de crédito			27.868	26.052				
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		5b	719	1.322				
Despesas da intermediação financeira			(15.037)	(15.728)				
Operações de captação no mercado			(5.884)	(8.545)				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		6f	(9.153)	(7.183)				
Resultado bruto da intermediação financeira			13.550	11.646				
Outras receitas/despesas operacionais			(9.816)	(8.844)				
Receitas de prestação de serviços		13	6.665	4.153				
Despesas de pessoal		14	(1.145)	(826)				
Outras despesas administrativas		15	(14.076)	(10.294)				
Despesas tributárias		16	(1.680)	(1.251)				
Outras receitas operacionais			1.463	363				
Outras despesas operacionais			(1.043)	(989)				
Resultado operacional			3.734	2.802				
Resultado não operacional			12	112				

—☆ **continuação**
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 30 de junho de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

f. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	Semestres	
	2018	2017
= Saldo no início do semestre	13.316	13.029
(+) Constituição	9.153	7.183
(-) Baixados para prejuízo	(6.703)	(6.744)
= Saldo no fim do semestre	15.766	13.468
Curto prazo	11.393	9.940
Longo prazo	4.373	3.528

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está constituída na quantia considerada suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis na realização dos créditos.

As operações de crédito contam, invariavelmente, com garantias de avais, fianças, alienação fiduciária de veículos, imóveis e outros bens.

A recuperação dos valores transferidos para prejuízo correspondeu no semestre o montante de R\$ 801 (R\$ 800 em 2017).

As operações originadas em renegociação representam o montante de R\$ 17.806 (R\$ 12.120 em 2017) no período.

No semestre foram cedidos créditos que representam o montante de R\$ 36.665 (R\$ 6.555 em 2017) sem coobrigação.

7. OUTROS CRÉDITOS

A composição de outros créditos diversos está assim demonstrada:

	Semestres	
	2018	2017
Adiantamentos diversos	22	19
Impostos e contribuições a compensar	3.845	955
Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 12c)	13.381	12.800
(-) Reversão provisão 5% CSLL - Lei 13.169/15	(746)	(46)
Devedores diversos	342	55
Total	16.844	13.783
Curto prazo	5.906	4.884
Longo prazo	10.938	8.899

8. OUTROS VALORES E BENS
a. Bens não destinados a uso

Correspondentes a veículos e imóveis disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento. São ajustados a valor de mercado, de acordo com as normas vigentes. Em 30 de junho de 2018 seus saldos totalizavam R\$ 1.457 (R\$ 983 em 2017).

b. Despesas antecipadas

	Semestres	
	2018	2017
Comissão sobre colocação de LC	761	522
Custo de originação de operações de crédito	426	6.966
Outras	137	9
Total	1.324	7.497
Curto prazo	982	4.260
Longo prazo	342	3.237

9. DEPÓSITOS A PRAZO E RECURSOS DE ACEITES CAMBIAIS
a. Abertura por prazo de vencimento:

	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Total 2018	Total 2017
Depósitos a prazo - DPGE	—	3.123	1.043	—	4.166	3.235
Recibo de depósitos bancários - RDB	850	2.041	4.782	4.151	11.824	10.570
Recursos de aceites cambiais - LC	10.692	29.111	68.431	2.195	110.429	112.912
Total	11.542	34.275	74.256	6.346	126.419	126.717

b. Despesas com operações de captação do mercado:

	Semestres	
	2018	2017
Despesa de captação com - DPGE	(135)	(468)
Despesa de captação com - RDB	(707)	(383)
Recursos de aceites cambiais	(4.945)	(7.594)
Outras despesas de captação	(97)	(100)
Total	(5.884)	(8.545)

As taxas praticadas variaram entre 118% e 126% em 2018 (111% e 118% em 2017) do CDI.

10. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Semestres	
	2018	2017
Cobrança e arrecadação tributos e semelhantes	128	123
Provisão para pagamento a efetuar	648	528
Fiscais e previdenciárias	2.240	1.645
Provisão para passivos contingentes (Nota 10.1)	1.355	1.813
Sociais e estatutárias	—	66
Valores a pagar sociedades ligadas (Nota 17)	54	118
Comissões a pagar	93	135
Operações de crédito a liquidar	783	696
Outras contas a pagar	342	296
Outras obrigações diversas	570	4
Total	6.213	5.424

10.1 Provisão para passivos contingentes
a. Composição das provisões: A Instituição é parte judiciais, decorrentes de curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, com base em seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais existentes, classifica as contingências em Remota, Possível e Provável, levando-se em conta as possibilidades de ocorrência de perda.

b. Quanto as causas com prognóstico de perda, a Instituição possui processos trabalhistas R\$ 1.862 (R\$ 1.718 em 2017) e cíveis R\$ 3.769 (R\$ 3.407 em 2017) cujos valores somam R\$ 5.631 (R\$ 5.125 em 2017), para os quais provisionou R\$ 1.355 (R\$ 1.757 em 2017).

c. Movimentação das provisões: A provisão é apurada com base no valor estimado de perda de realização das causas de acordo com o parecer das assessorias jurídicas.

	Saldo em 31/12/2017		Constituição (Reversão)		Saldo em 30/06/2018	
Ações trabalhistas	854	198	(272)	—	780	—
Ações cíveis	1.009	198	(632)	—	575	—
Total	1.863	396	(904)	—	1.355	—

	Saldo em 31/12/2016		Constituição (Reversão)		Saldo em 30/06/2017	
Ações trabalhistas	607	179	(39)	—	747	—
Ações cíveis	831	179	—	—	1.010	—
Outras provisões	407	—	(351)	—	56	—
Total	1.845	358	(390)	—	1.813	—

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Capital social

O Capital social é de R\$ 27.500 e está representado por 28.668.532 ações ordinárias, totalmente subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no país.

b) Reserva legal

A reserva legal deve ser constituída obrigatoriamente a base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. O saldo das reservas especiais de lucros é oriundo de lucros após as destinações legais.

c) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do semestre, deduzido a reserva legal, exceto na ocorrência da hipótese prevista no § 3 do artigo 202 da Lei 6.404/76 que prevê a possibilidade de retenção de todo lucro pela sociedade. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembleia geral, por proposta da diretoria, observadas as disposições legais.

d) Juros sobre o capital próprio

Durante os semestres foram provisionados e pagos juros de capital próprio no montante a seguir:

	Semestres	
	2018	2017
Juros sobre capital próprio	1.290	1.374
Imposto de renda retido na fonte	(194)	(206)
Total líquido	1.096	1.168

e) Reservas especiais de lucros

O saldo das reservas especiais de lucros é oriundo de lucros após as destinações legais

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido com efeito no resultado do semestre considerando as principais movimentações ocorridas pode ser assim demonstrada:

	2018		2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro antes do JCP	3.746	3.746	2.914	2.914
(-) Juros sobre o capital próprio reduzidos da conta lucros acumulados conforme movimentação evidenciada na DMPL	(1.290)	(1.290)	(1.374)	(1.374)
Adições	10.221	10.221	7.863	7.863
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	9.153	9.153	7.183	7.183
Provisão para contingências	396	396	428	428
Despesas não dedutíveis	10	10	7	7
Provisões operacionais indedutíveis	662	662	245	245
Exclusões	(8.699)	(8.699)	(6.398)	(6.398)
Realização de provisão para crédito de liquidação duvidosa - Lei nº 9.430	(7.187)	(7.187)	(5.907)	(5.907)
Reversão de provisão para contingências	(904)	(904)	(305)	(305)
Reversão de provisões operacionais	(608)	(608)	(186)	(186)
Lucro real antes imposto de renda e da contribuição social	3.978	3.978	3.005	3.005
Total de imposto de renda e contribuição social	(982)	(795)	(739)	(601)
Alíquota de 15% I.R.	(596)	—	(451)	—
Alíquota de 20% CSLL	—	(795)	—	(601)
Adicional 10% Lei Ordinária 13.169 de 06/10/2015	(386)	—	(288)	—
Ativo fiscal diferido	378	(199)	358	240

a. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

	2018		2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Adições temporárias:	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	27.847	27.847	26.208	26.208
Provisões para contingências	1.355	1.355	1.813	1.813
Demais Provisões Temporárias	534	534	424	424
Total das diferenças temporárias	29.736	29.736	28.445	28.445
Total do crédito tributário	7.434	5.947	7.111	5.689

b. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

Todos os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização, considerando o histórico de rentabilidade da entidade e expectativas de resultados futuros, em atendimento às condições das Resoluções nº 3.059/02 e 3.355/07 do BACEN e referem-se principalmente às diferenças temporárias no cálculo de imposto de renda e da contribuição social. Com base em estudo técnico preparado pela Administração, a expectativa de realização dos créditos tributários é a seguinte:

	Expectativa de realização					
	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Resultado estimado	3.542	3.800	3.887	3.892	4.281	19.402
%	18,26%	19,59%	20,03%	20,06%	22,06%	100,00%
IRPJ	1.357	1.456	1.489	1.491	1.640	7.433
CSLL	1.086	1.165	1.192	1.193	1.312	5.948
Valor em 30/06/2018	2.443	2.621	2.681	2.684	2.952	13.381

Em 30 de junho de 2018 os valores presentes desses créditos tributários montam a R\$ 11.065, considerando-se a taxa Selic de 6,5% ao ano.

c. Movimentação dos créditos tributários

	Saldo em 31/12/2017		Constituição (Realização)		Saldo em 30/06/2018	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11.646	895	(10)	—	12.531	—
Provisões para contingências	838	119	(347)	—	610	—
Demais provisões temporárias	216	189	(165)	—	240	—
Total dos créditos tributários	12.700	1.203	(522)	—	13.381	—

	Saldo em 31/12/2016		Constituição (Realização)		Saldo em 30/06/2017	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11.219	3.232	(2.658)	—	11.793	—
Provisões para contingências	830	85	(99)	—	816	—
Demais provisões temporárias	106	245	(160)	—	191	—
Total dos créditos tributários	12.155	3.562	(2.917)	—	12.800	—

13. RECEITA DE SERVIÇOS

	Semestres	
	2018	2017
Tarifa de cadastro - Desconto	88	128
Tarifa de cadastro - Veículos	6.407	4.017
Reembolso tarifa cartório	34	—
Outras receitas de serviços	136	8
Total	6.665	4.153

14. DESPESA DE PESSOAL

	Semestres	
	2018	2017
Remuneração	(554)	(475)
Encargos	(144)	(143)
Benefícios	(402)	(180)
Treinamento	(45)	(28)
Total	(1.145)	(826)

15. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Semestres	
	2018	2017
Despesas com serviços de terceiros (a)	(5.651)	(3.731)
Comissões e prêmios (b)	(4.504)	(3.109)
Despesas de serviços técnicos especializados (c)	(1.532)	(1.161)
Despesas de serviços do sistema financeiro (d)	(442)	(458)
Despesas de processamentos de dados	(618)	(489)
Despesas de alugueis	(76)	(65)
Despesas de comunicação	(125)	(127)
Despesas de propaganda e publicidade	(34)	(27)
Despesas com depreciação e amortização	(160)	(103)
Despesas de transporte	(50)	(77)
Despesas de passivos contingentes (Nota 10.1)	(396)	(429)
Acórdos e ações judiciais	(159)	(186)
Outras	(329)	(332)
Total	(14.076)	(10.294)

(a) Referem-se principalmente a despesas com partes relacionadas de R\$ 3.776 em 2018 e R\$ 2.861 em 2017, respectivamente. (vide nota 17 - Transações com partes relacionadas).
(b) Referem-se principalmente a despesas com comissões pagas a Correspondentes no país.
(c) Referem-se principalmente a despesas com serviços de gravames.
(d) Referem-se principalmente a despesas bancárias.
16. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Semestres	
	2018	2017
Despesa com PIS	(186)	(145)
Despesa com COFINS	(1.144)	(891)
Despesa com ISS	(333)	(211)
Outras	(17)	(4)
Total	(1.680)	(1.251)

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos decorrentes de operações com partes relacionadas, cujos controladores são os acionistas do Grupo Santana estão demonstrados a seguir:

A DIRETORIA
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da

Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das demonstrações dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santana S.A. - Crédito, Financiamento e

Investimento em 30 de junho de 201

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não,

uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou

condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de agosto de 2018

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Luiz Carlos Oseliero Filho

Contador

CRC nº 1 SP 234751/O-6

Deloitte.